



Editorial

Os últimos meses no Brasil foram marcados por acontecimentos extremamente importantes em nossa vida política. Tivemos a eleição da primeira mulher presidente do país, escolhida pelo presidente Lula como candidata a sua sucessão. Espera-se, entretanto, algo mais do que uma mera passagem de comando ou um continuísmo político, mas, sim, dar continuidade ao processo de aprofundamento da democracia que teve início com a vitória do primeiro presidente operário em 2002. Certamente, a vitória de Dilma Rousseff e do projeto de aprofundamento democrático vem acompanhada por grandes expectativas em termos do que será um governo pós-Lula.

Em paralelo às eleições presidenciais no Brasil, e em que pese a nossa boa performance econômica no plano mundial em meio a uma crise sem precedentes, que vem colocando em xeque o próprio capitalismo globalizado, constatamos que vivemos um momento em que esta crise se aprofunda e se dissemina, minando por dentro os fundamentos do capitalismo mundial. Estaríamos caminhando para um mundo pós-capitalista? Tratar-se-ia de um retorno ao comunismo? Como pensar um governo do comum?

Neste contexto, e no âmbito dessas indagações, o retorno aos temas do “comunismo”, da “constituição do comum” e da “produção biopolítica” nas metrópoles globais mostra-se extremamente oportuno e constitui o núcleo temático deste número duplo da *Lugar Comum*, que traz o dossiê **Comunismo**. Abrindo o dossiê, Antonio Negri, no artigo “É possível ser comunista sem Marx?” elabora uma crítica materialista e marxista ao comunismo platônico de Alain Badiou, que surge como uma linha abstrata, como uma reivindicação da utopia. Em Badiou, diz Negri, o político (e o comunismo) é lido como princípio lógico e ideal. Ora, constatamos mais do que nunca a importância de se resgatar o antagonismo, o conflito, como matriz de uma produção cada vez mais biopolítica, cada vez mais disseminada em todo o tecido social ou, em outras palavras, resgatar a dimensão política e material desta produção. Importante ressaltar que política é aqui entendida não na perspectiva do sindicalismo e dos partidos de esquerda do passado, ou nos termos da “autonomia do político” como defendia Mario Tronti. Sem abrir mão de Marx, Negri aposta em uma política encarnada na própria vida em sua

materialidade e, como será desenvolvido em seu último livro em parceria com Michael Hardt – *Commonwealth* –, no amor.

O dossiê traz ainda as contribuições de David Bollier, que discute os bens comuns em sua dimensão de geração de riqueza; do Colectivo Situaciones com “Inquietações no Impasse”, que dá sequência ao texto publicado no número 30, avançando na análise da crise política contemporânea no que se refere à relação entre vida e trabalho, principalmente na América Latina e na Argentina; de Oscar Vega Camacho, com seu artigo “Querela pela democracia”, no qual busca reformular e ressignificar as lutas democráticas e o sentido do projeto democrático para um país como a Bolívia, pensando, a partir do aporte conceitual de René Zavaleta, o processo constituinte como um caminho para democratizar a democracia e transformar o Estado; e de Fabrício Toledo, que discute a questão da excedência, da desmedida, da produção dos pobres e dos migrantes, temas também presentes em *Commonwealth* de Negri e Hardt.

Dialogando com o debate sobre comunismo, o comum e a política, outros artigos desta edição refletem sobre os temas do biopoder como dispositivo de captura que assujeita toda a sociedade, do trabalho e do valor, agora a partir do prisma da produção de formas de vida e de relação social; e da problemática da cultura como questão ao mesmo tempo política, social e econômica. Destaca-se, no fechamento desta edição, a resenha “*Commonwealth: Amor e pós-capitalismo*” de Bruno Cava, que oferece ao leitor uma excelente apreciação do novo livro de Negri e Hardt, a ser lançado em breve em português.

Os editores